

A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo

Laura Calixto

Universidade Federal de São Paulo – Osasco/SP, Brasil

RESUMO

Neste trabalho, procurou-se analisar comparativamente as informações socioambientais divulgadas pelas companhias latino-americanas nos seus relatórios. Foi efetuada uma análise de conteúdo das informações socioambientais divulgadas por uma amostra de 226 organizações, no período de 2004 a 2009, segregadas por país, empresa, setor e ano. Foram utilizadas as diretrizes voluntárias da *The Global Reporting Initiative* (GRI) como escopo para analisar o conteúdo dos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e Formulários 20F, disponibilizados pelas organizações nos seus *websites* ou nas Bolsas de Valores em que negociam suas ações. Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria das companhias de capital aberto na região não disponibiliza informações socioambientais nos seus relatórios anuais ou em relatórios específicos sobre o tema, entretanto, as companhias estabelecidas no Brasil são as que mais destacam o assunto. Quanto à evolução e à forma de divulgação de informações socioambientais, verificou-se que o relatório anual é o principal canal utilizado pelas companhias para destacar tais informações, seguido do relatório de sustentabilidade, divulgado como parte do relatório anual ou como uma publicação específica.

Recebido em 24/outubro/2011
Aprovado em 23/julho/2012

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*
Editor Científico: Nicolau Reinhard

DOI: 10.5700/rausp1124

Palavras-chave: divulgação socioambiental, *The Global Reporting Initiative*, América Latina.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, companhias de diferentes segmentos começaram a dar um tom mais profissional e padronizado aos seus investimentos socioambientais na América Latina. A concentração de multinacionais e a forma como conduzem suas decisões influenciam a dinâmica sobre o assunto em alguns países da região, como Argentina, Chile e Peru. Entretanto, o Brasil e o México apresentam certa independência, com um modelo de responsabilidade socioambiental peculiar.

Laura Calixto, Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Doutora em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, é Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo (CEP 06110-300 – Osasco/SP, Brasil).
E-mail: lauracalixto@unifesp.br
Endereço:
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Ciências Contábeis
Rua Angélica, 100
Jardim das Flores
06110-300 – Osasco – SP

Apesar dos esforços para a implementação de ações organizadas de responsabilidade social na América Latina, são encontrados diferentes níveis de abordagens delas. No Brasil, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, desde a sua criação, tem recebido grande aceitação e atualmente é considerado como uma das principais referências sobre o tema, com ações voltadas para o meio empresarial e diretrizes para que questões socioambientais sejam incluídas nos processos decisórios das organizações. Nos demais países da região, apesar dos esforços de adaptação dos indicadores do Instituto Ethos à realidade de cada um, o engajamento do setor privado à causa ainda não ocorreu de forma intensa, como no Brasil.

O desenvolvimento acerca dos níveis de implantação, conscientização e organização prática de atividades socioambientais no ambiente empresarial de cada país depende também de outras questões, tais como o setor em que a empresa atua, o nível de regulamentação pública, as pressões dos diferentes grupos de *stakeholders*, o país de origem da empresa, entre outras. Dessa forma, o nível de adesão do meio empresarial varia muito entre os países latino-americanos, principalmente pelo processo de transição de atividades filantrópicas para atividades socioambientais estrategicamente gerenciadas pelas organizações.

Diversos pesquisadores têm se dedicado a estudar o fenômeno da divulgação voluntária de informações socioambientais via relatórios. Essas investigações abordam o tema na mesma empresa periodicamente, entre várias empresas do mesmo setor ou de setores diferentes, como também entre companhias de um país, região ou de vários países.

Com base nessas premissas, no que tange ao problema da pesquisa aqui relatada, ele é apresentado na forma da seguinte pergunta: **Como as companhias estabelecidas na América Latina divulgam informações socioambientais nos seus relatórios anuais?**

O objetivo geral é analisar as informações socioambientais divulgadas nos relatórios anuais e relatórios específicos das companhias latino-americanas em consonância com as diretrizes voluntárias de divulgação socioambiental recomendadas pela *The Global Reporting Initiative* (GRI).

Muitos autores desenvolveram estudos comparativos sobre a divulgação de informações socioambientais em relatórios anuais de companhias estabelecidas em países da América do Norte, da Europa, Austrália, Nova Zelândia etc. Entretanto, não foram localizados, até o momento, estudos longitudinais sobre o tema entre companhias de diferentes setores estabelecidas em países latino-americanos.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para a difusão dessas questões nos países latino-americanos, tendo em vista suas particularidades, dificuldades e potenciais de expansão sobre os aspectos a serem investigados neste estudo.

A pesquisa limita-se às questões socioambientais e econômico-financeiras de companhias de capital aberto estabelecidas em países latino-americanos selecionados dentre os que possuem um expressivo mercado de capitais. O trabalho

está organizado em quatro seções e, além desta introdução, a próxima compõe o referencial teórico, tem como foco a responsabilidade social corporativa, o desenvolvimento do tema na América Latina e as diretrizes recomendadas pela GRI para elaboração de relatórios socioambientais. Na terceira seção apresentam-se as técnicas metodológicas e os procedimentos para a seleção da amostra. Na quarta são apresentados os resultados e as análises da pesquisa e, na sequência, são apresentadas as considerações finais e recomendações para futuras investigações.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O ambiente empresarial consiste em pessoas, grupos, instituições, condições, tendências e eventos que ocorrem nos limites das organizações. Há vários aspectos da relação negócios-sociedade que podem ser tanto benéficos quanto danosos, que estão além da realidade puramente econômica.

Uma das vertentes da responsabilidade social corporativa refere-se às ações das organizações de caráter voluntário, que visam promover o bem-estar dos *stakeholders* internos e externos por meio de ações socioambientais voltadas para um vasto público, além de gerar bens, serviços e lucros para as partes interessadas que investem capital no negócio.

Os estudos sobre a teoria dos *stakeholders*, ou partes interessadas nas organizações, dizem respeito aos grupos de pessoas ou entidades que são direta ou indiretamente afetados pelas decisões tomadas no âmbito empresarial, sendo Freeman (1984) o autor pioneiro a divulgar essa definição.

A teoria dos *stakeholders* é amplamente debatida nos estudos sobre responsabilidade social corporativa e, de acordo com Vos (2008) sob a perspectiva dos *stakeholders*, a justificativa mais comum para essa vinculação é que as organizações são responsáveis por seus *stakeholders*.

Carroll (1979, p. 500) define responsabilidade social corporativa como “a responsabilidade social dos negócios que inclui as expectativas da sociedade quanto aos enfoques econômico, legal, ético e discricionário”.

Para Whetten, Rands, e Godfrey (2002, p. 394) “a responsabilidade social corporativa são expectativas sociais do comportamento das organizações, um comportamento que é esperado pelos *stakeholders*, por uma sociedade moralmente requerida e desta forma, justificadamente demandada pelas empresas”.

A responsabilidade social corporativa trata da relação entre companhias e todo o grupo de *stakeholders* que têm interesse nas operações delas, e esse conjunto de interações inclui responsabilidades amplas e inerentes aos dois lados (Werther Jr. & Chandler, 2006).

As ações de responsabilidade social com base na teoria dos *stakeholders* justificar-se-iam, pois “a ideia básica da responsabilidade social corporativa é que as organizações empresariais e a sociedade são entidades interligadas e não distintas.

Portanto, a sociedade tem certas expectativas em relação ao comportamento e resultados das atividades empresariais” (Wood, 1991, p. 695).

A produção acadêmica sobre o tema tem sido intensa, entretanto, a responsabilidade social corporativa também é alvo de muitas críticas e um dos aspectos mais enfatizados a respeito é a responsabilidade que as organizações têm perante todos os seus públicos, ainda que com diferentes níveis de prioridades.

No entendimento de Hopkins (2007), grande parte das críticas à responsabilidade social corporativa diz respeito aos problemas com vários conceitos e definições sobre o mesmo conceito. Alguns definem a responsabilidade social corporativa como um sistema com foco em *stakeholders* internos e externos, enquanto outros, como um conjunto de ações puramente voluntárias. Essa confusão é composta por uma diversidade de terminologias na área de Administração, como sustentabilidade corporativa, cidadania corporativa, responsabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa, reputação, ética e sustentabilidade, entre outros. Entretanto, como adverte o autor, sem uma linguagem comum não será possível um diálogo entre as companhias que pretendem ser interpretadas de modo consistente.

Muitos pesquisadores têm se dedicado a investigar a inclusão da responsabilidade social no ambiente de negócios sob as mais diversas perspectivas. Os estudos que buscaram sistematizar a literatura apresentam uma classificação diversificada da produção acadêmica, mas todos têm em comum a grande atenção que o tema vem recebendo; citam-se, por exemplo, os trabalhos dos seguintes autores: Garriga e Melé (2004); Secchi (2007); Egri e Ralston (2008); e Lee (2008).

Devido à diversidade de definições de responsabilidade social corporativa, além das múltiplas interpretações que têm sido publicadas nas últimas décadas, vários autores têm se dedicado a sistematizar tais definições, além de propor novas formas de apresentação de um construto para o desenvolvimento de pesquisas sobre esse relevante tema (Amaeshi & Adi, 2007).

Belal e Momin (2009) enfatizaram a escassez de estudos sobre a divulgação de relatórios socioambientais no âmbito da América Latina em bases de dados internacionais, assunto abordado no próximo item.

2.1. Responsabilidade social corporativa em países latino-americanos

Estudos anteriores destacam que a responsabilidade social corporativa não é uma prioridade em países latino-americanos (Correa, Flynn, & Amit, 2004; Gutiérrez & Jones, 2005; Peinado-Vara, 2006; Blackman, 2008). Entretanto, o tema vem recebendo grande atenção entre os pesquisadores da área de Administração nas últimas décadas, principalmente no Brasil, com ênfase na forma de gestão das questões socioambientais das organizações, assim como a divulgação dos resultados dessas decisões nos relatórios anuais das companhias.

De acordo com um estudo conduzido pela KPMG (2005), o desenvolvimento da responsabilidade social corporativa na América Latina ainda está em estágio inicial. Os maiores destaques são apresentados em países como Argentina, Brasil, Chile e México, com atividades sociais restritas às grandes empresas.

Puppim de Oliveira (2006) observou que a agenda da responsabilidade social corporativa na América Latina tem sido fortemente influenciada por questões econômicas, sociais e condições políticas, além de problemas ambientais que têm sido agravados, como desflorestamento e má qualidade das oportunidades de empregos.

Com ênfase nos estudos sobre o avanço da responsabilidade social corporativa em países em desenvolvimento, Visser (2008) argumenta que os principais direcionadores do tema são: enfoque cultural, reformas políticas, prioridades econômico-sociais, governança, crises sociais e econômicas, acesso a mercados, padronização internacional, investimentos e incentivos às ações de interesses dos *stakeholders*.

Quando comparado com os demais países da região, o Brasil é o mais adiantado no desenvolvimento e na disseminação da responsabilidade social corporativa. As iniciativas do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, assim como as do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), mostram um grande crescimento e institucionalização em termos de número de associados e empresas que apresentam relatórios socioambientais, como também a diversidade e a qualidade das atividades que promovem. E elas dão expressão ao processo que se encontrava em formação por um bom tempo e que tem um sustento sólido da sociedade civil. Porém, serviços de consultoria admitem a existência oculta das preocupações cosméticas de empresas acerca da necessidade de apresentar algum tipo de relatório. Outro aspecto relaciona-se com a medição precisa do que realmente está sendo feito, e o impacto qualitativo sobre a comunidade e inadequações. A natureza fragmentária dessas atividades torna difícil saber o que realmente isso significa em sua totalidade (Agüero, 2002).

O ambiente acadêmico do País tem apresentado uma imensa produção. A seguir são referenciados alguns dos estudos que mais se aprofundaram na efetiva institucionalização da responsabilidade social corporativa no Brasil.

Com o objetivo de analisar os efeitos da atuação social das empresas na dinâmica empresarial, Borger (2001) conduziu um estudo multicaso de três empresas brasileiras. Os resultados da investigação revelaram que “o conjunto de variáveis independentes que caracterizam a atuação orientada para a responsabilidade social empresarial estão interrelacionadas assim como o conjunto das variáveis dependentes que caracterizam a dinâmica empresarial” (Borger, 2001, p. 244).

Por meio de um estudo de casos múltiplos de cinco empresas do setor de agronegócios e atuantes no Brasil, Machado Filho (2002) investigou as motivações que têm levado as organizações a engajarem-se em práticas de responsabilidade social. De acordo com o autor, o investimento em ações de responsabili-

dade social é percebido pelas organizações por gerar retornos positivos para a imagem delas.

Para explorar a percepção dos públicos interno e externo de uma organização brasileira do setor de cosméticos quanto aos seus projetos sociais, Mollicone (2003) conduziu entrevistas com funcionários e clientes da empresa. De acordo com o autor, os resultados da pesquisa destacaram que o envolvimento da empresa em ações sociais não deve prescindir de uma atitude voltada para a assunção das responsabilidades sugeridas pelo modelo proposto por Carroll (1979), as responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas. Essas variáveis são amplamente influenciadas pelas ações sociais da organização, além de proporcionar retornos a curto e a médio prazos para todos os *stakeholders* envolvidos com os projetos.

Utilizando-se de um estudo baseado nas representações de projetos sociais de empresas, Belizário (2008) teve como objetivo identificar de que forma os beneficiários desses projetos se apropriam do discurso social. A análise qualitativa de entrevistas com sete beneficiários de projetos de filantropia empresarial permitiu à autora verificar que:

A partir da contratualidade informal, a empresa se legitima como agente autorizado a implementar políticas públicas com fins privados, pois, mesmo que o projeto seja direcionado aos excluídos sociais, ele atende a interesses privados, relativos à reputação e à imagem empresarial (Belizário, 2008, p. 96).

A produção acadêmica sobre o tema no Brasil é crescente, aborda várias perspectivas, e citam-se, por exemplo: consumo responsável, percepção dos consumidores, gestores e outros *stakeholders* sobre o envolvimento de uma ou mais organizações com o tema, estudos de casos específicos sobre setores, regiões ou estados brasileiros, análise de relatórios dedicados ao tema, além de estudos sobre a responsabilidade social de universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs).

No próximo item apresentam-se algumas das iniciativas empresariais que contribuíram para a grande ênfase dada ao tema na América Latina.

2.2. Iniciativas empresariais: fundações, institutos e associações latino-americanas

Num estudo sobre a responsabilidade social corporativa na América Latina, Correa *et al.* (2004) destacaram as iniciativas empresariais e ONGs nacionais e internacionais que têm se envolvido com o tema, sintetizadas a seguir.

- **Argentina.** O atual interesse na responsabilidade social corporativa surgiu no país paralelamente à crise econômica de 2001, que ressaltou a importância da participação do setor empresarial no processo de revitalização do país. A crise econômica revelou-se um catalisador para fomentar maior

consciência social. Entretanto, não há evidências de que a responsabilidade social corporativa seja parte integral da estratégia de negócios, por estar ainda muito relacionada com filantropia e programas comunitários.

- **Brasil.** O assunto vem sendo explorado há décadas no país, sob diversas perspectivas. Embora tenha sido vinculada a atividades filantrópicas até a década de 1980, a partir da década de 1990 ocorreram muitas mudanças no cenário; principalmente pelo fato de iniciativas da sociedade civil terem conquistado o apoio do meio empresarial, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Há também o apoio e envolvimento de instituições acadêmicas e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas — GIFE.
- **Demais países da região.** Também tiveram forte envolvimento com atividades filantrópicas até a década de 1990, época em que associações empresariais locais e regionais começaram a se engajar no movimento em prol da profissionalização da responsabilidade social corporativa na América Latina. São diversas as iniciativas empresariais para promover o tema, primordialmente voluntário (Correa *et al.*, 2004).

A necessidade de organização das iniciativas de responsabilidade social corporativa tornou-se uma prioridade do setor privado, tendo em vista o anseio por contribuições efetivas para o desenvolvimento econômico e social, local ou regional em que são exercidas as suas atividades.

Representantes de diferentes regiões das Américas começaram a reunir-se e discutir formas de fortalecimento do papel do setor privado na sociedade. Trata-se do Fórum Empresa, aliança criada em 1997 por um grupo de 150 empresários e lideranças da região que atualmente reúne organizações empresariais que têm como propósito promover práticas de responsabilidade social na América Latina.

O Fórum Empresa reúne cerca de 3.000 empresas e trabalha em prol do conhecimento e do entendimento do assunto na região. No Quadro 1 constam as principais instituições que reúnem grupos de empresas engajadas em causas socioambientais por país latino-americano.

Essas organizações compartilham uma relação estreita com o meio empresarial para divulgação, padronização de práticas socioambientais, além de incentivos para autoavaliação delas.

A organização norte-americana *Business for Social Responsibility* (BSR) desempenhou um papel importante na provisão de modelos socioambientais para as organizações latino-americanas, além de ter sido uma importante assessora nas primeiras etapas de implantação em vários países da região. Entretanto, as associações trabalham de forma independente nos países em que foram concebidas.

Atualmente, essa reunião de associações empresariais trabalha com apoio mútuo para transferência de experiências,

Quadro 1

Fundações, Institutos e Associações Voltadas para a Questão Socioambiental

| País | Fundação, Instituto ou Associação |
|----------------|--|
| Argentina | Fundación del Tucumán Instituto Argentino de Responsabilidad Social (IARSE) |
| Brasil | Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social |
| Canadá | Canadian Business for Social Responsibility (CBSR) |
| Chile | Acción Empresarial |
| Colômbia | Centro Colombiano de Responsabilidad Social Empresarial (CCRSE) |
| El Salvador | Fundación Empresarial para la Acción Social (FUNDEMÁS) |
| Estados Unidos | Business for Social Responsibility (BSR) |
| Guatemala | Centro para la Acción de la Responsabilidad Social Empresarial |
| Honduras | Fundación Hondureña de Responsabilidad Social Empresarial |
| México | Alianza para la Responsabilidad Social Empresarial (ALIARSE) Centro Mexicano para la Filantropia (CEMEFI) |
| Panamá | Centro Empresarial de Inversión Social (CEDIS) |
| Peru | Peru 2021 |
| Uruguai | Desarrollo de la Responsabilidad Social (DERES) |
| Venezuela | Centro de Divulgación del Conocimiento Económico, A.C. (CEDICE) |

manuais e medidas adotadas para padronização de práticas de responsabilidade social corporativa. Contudo, o desenvolvimento acerca dos níveis de implantação, conscientização e organização prática de atividades socioambientais no ambiente empresarial de cada país depende também de outras questões. Dessa forma, o nível de adesão do meio empresarial varia muito entre os países latino-americanos, principalmente pelo processo de transição de atividades filantrópicas para atividades socioambientais estrategicamente gerenciadas pelas organizações.

Podem ser encontrados padrões gerais em um extremo, como as atividades de responsabilidade socioambiental mais profissionalizadas no Brasil, enquanto no México e na Colômbia as atividades filantrópicas são predominantes. A Argentina posiciona-se entre esses dois extremos, enquanto as atividades no Chile são comparativamente menores em ambos os casos. No México, as atividades de responsabilidade social corporativa são entendidas ocasionalmente como a promoção de organizações empresariais de metas políticas particulares ou setoriais. No Peru, a principal organização no âmbito da responsabilidade social corporativa visualiza sua ação como dedicada primordialmente à tarefa de criar uma visão nacional do país. Na Colômbia, as principais fundações estão interessadas em proporcionar esquemas para a agenda política nacional. O Brasil e o Chile encontram-se em

outro extremo. No Chile, as principais organizações enfatizam a dimensão de neutralidade, ainda que diversos fatores tendam de algum modo a contrastar essa ênfase: na troca dos membros de uma organização religiosa, uma participação política mais ativa por parte das lideranças empresariais ou ênfase menor em alguns dos indicadores, que efetivamente puderam demonstrar essa neutralidade (Agüero, 2002).

O desenvolvimento do tema encontra-se em diferentes estágios nos países latino-americanos. Apesar de algumas similaridades, tais como as épocas coincidentes da integração do meio empresarial com questões socioambientais, como na Argentina, no Chile, no Peru e no México, a separação dessas atividades de ações de filantropia tem se mostrado, ainda, um obstáculo. O Brasil é uma exceção entre os demais países latino-americanos por apresentar grande interesse do setor privado e da sociedade civil organizada na disseminação e na profissionalização de ações socioambientais.

2.3. The Global Reporting Initiative: diretrizes para elaboração de relatórios

Neste item aborda-se brevemente a evolução das diretrizes recomendadas pela GRI para elaboração de relatórios socioambientais, também denominados relatórios de sustentabilidade.

Iniciativas internacionais que reúnem diferentes entidades têm divulgado a padronização de indicadores socioambientais sobre a variável física e/ou financeira das companhias. A GRI começou a ser desenvolvida em 1997, nos Estados Unidos, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade das informações socioambientais disponíveis e o risco do desempenho das companhias. Tem se posicionado como um padrão internacional para desenvolvimento de enfoques consistentes para publicação do desempenho socioambiental das empresas via relatórios. A padronização e a disseminação das diretrizes GRI ocorrem de forma voluntária.

O relatório elaborado conforme as diretrizes GRI aborda os três elementos inter-relacionados que se aplicam a uma organização: os aspectos social, ambiental e econômico das suas operações. Além disso, os indicadores propostos podem ser utilizados por qualquer instituição, bastando haver o interesse em divulgar tais informações em consonância com as diretrizes recomendadas.

Todo esse esforço é realizado para que a GRI possa concretizar a missão de desenvolver e divulgar as diretrizes para relatórios de aplicabilidade global e estabelecer princípios amplamente adotados para que se possa promover uma harmonização internacional desse tipo de relatório, além de agregar maior valor tanto para a empresa quanto para seus usuários, aumentando a comparabilidade, a consistência e a utilidade desse relatório (Woods, 2003).

O primeiro conjunto de diretrizes para relatórios de sustentabilidade da GRI foi elaborado em 1999 e lançado em junho de 2000. Desde então, sofreu duas atualizações. Uma em 2002, publicada em português em 2004, e outra lançada no Brasil em

dezembro de 2006. Essa última é denominada G3, para destacar o fato de ser a terceira geração de indicadores (Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2007).

A versão G3 das diretrizes GRI incluiu dez princípios para elaboração do relatório de sustentabilidade. Segregados em dois grupos, **os princípios que definem o conteúdo do relatório** têm como objetivo auxiliar na priorização dos temas selecionados, ou seja, eles vão ajudar a organização a definir quais informações deverão ser enfatizadas no seu relatório de sustentabilidade. O segundo grupo representa **os princípios que asseguram a qualidade do relatório**, que vão ajudar a garantir a qualidade das informações relatadas. A qualidade das informações possibilita que os *stakeholders* realizem avaliações de desempenho consistentes, justas e tomem decisões adequadas (GRI, 2006).

Quanto ao conteúdo do relatório, esse deve conter indicadores de desempenho que exponham as informações sobre os desempenhos econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação. Assim, os indicadores de desempenho “são informações qualitativas ou quantitativas sobre consequências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis e demonstrem mudança ao longo do tempo” (GRI, 2006, p. 40).

As diretrizes GRI têm se firmado cada vez mais como guia para a elaboração de relatórios, o que também tem despertado o interesse de pesquisadores que buscam investigar os níveis de evidenciamento dessas diretrizes nos relatórios de companhias em diversos países (Dias, 2006; Moneva, Lirio, & Torres, 2007; Castro, 2008; Manetti & Becatti, 2009; Ribeiro, Bonfante, Gomes, & Cioffi, 2009).

3. METODOLOGIA

O método utilizado nesta pesquisa foi o indutivo, por abordar argumentos observacionais. O estudo foi qualitativo, por enfatizar a análise de informações disponibilizadas voluntariamente por companhias de capital aberto e a pesquisa foi descritiva, por expor características de uma população ou fenômeno.

Com nível de profundidade maior do que a pesquisa exploratória, a pesquisa descritiva permite a identificação, a análise e a comparação de dados, porém, sem a interferência do pesquisador. De acordo com Cooper e Schindler (2003, p. 136), “a pesquisa descritiva pretende descobrir quem, o que, onde, quando ou quanto”.

Trata-se também de um estudo longitudinal, por usar uma amostra de organizações para descrever eventos socioambientais ao longo do tempo. Como técnicas, a pesquisa bibliográfica apoiou a construção do referencial teórico e a formulação do problema. A pesquisa documental suporta a análise de dados secundários e compreendeu os relatórios anuais e relatórios socioambientais das companhias selecionadas para este estudo, disponíveis na internet ou publicados na mídia impressa.

A técnica de análise de conteúdo sustenta a verificação das informações investigadas nos relatórios das companhias. É uma técnica amplamente utilizada nas ciências sociais aplicadas, especialmente nas pesquisas que abordaram o tema

desta investigação. De acordo com Bardin (2004), a condução da análise de conteúdo compreende três etapas fundamentais, apresentadas na sequência.

Na **pré-análise** foram acessados os *websites* das companhias, e examinados com o propósito de identificação do *link* relacionado com as questões socioambientais das suas atividades. A seguir, os relatórios anuais e os relatórios específicos disponíveis de cada companhia foram baixados e organizados para codificação e posterior análise.

A **exploração do material** consiste na análise sistemática dos relatórios com o propósito de identificar ou não as categorias pré-estabelecidas, controle da frequência da aparição dos elementos investigados nas mensagens, medido em percentual, para posteriores interpretações dos achados. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2004, p. 95).

O **tratamento dos resultados** refere-se à interpretação dos dados e, nessa etapa, foi utilizado um *software* para análise dos dados codificados.

A técnica de análise de conteúdo é muito utilizada em estudos sobre as informações socioambientais divulgadas pelas companhias em relatórios. São usadas as abordagens quantitativa e qualitativa. Na abordagem quantitativa, os pesquisadores observaram a frequência da aparição dos temas em foco, categorizados como presentes (1) ou ausentes (0) e, com essa combinação binária, são relacionados com indicadores econômico-financeiros das organizações, entre outros. “A abordagem qualitativa é caracterizada por ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc.), e não sobre a frequência da aparição, em cada comunicação individual” (Bardin, 2004, p. 109).

As diretrizes da GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade, a revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa, juntamente com a leitura inicial dos materiais, contribuíram para a criação das categorias para análise dos relatórios selecionados neste estudo.

Em função da extensão dos dados, essas categorias são apresentadas de forma sintética, mas englobam grandes subgrupos de informações e totalizam 232 itens, sobre os quais a análise de conteúdo foi conduzida. Para elencar os itens presentes nos relatórios das organizações, foi desenvolvido um protocolo, no caso desta pesquisa uma unidade de análise. A unidade de análise escolhida foi a sentença, que deveria ter em seu contexto relação direta com o item pré-definido entre as categorias apresentadas no Quadro 2 e segue o escopo do modelo apresentado pela GRI. A instituição disponibiliza no seu *website* o manual completo para utilização das diretrizes por ela recomendadas.

3.1. População e amostra

A amostra é composta por companhias de capital aberto que disponibilizaram relatórios anuais e/ou relatórios específicos sobre

Quadro 2

Categorias Selecionadas para Condução da Análise de Conteúdo

| |
|---|
| Diálogo com Stakeholders |
| Abordagens para o engajamento de <i>stakeholders</i> . Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i> . Políticas e comunicação. Principais temas e preocupações dos <i>stakeholders</i> . Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização. |
| Governança Corporativa |
| Código de conduta. Conflitos de interesse. Estrutura de governança da organização – conselho de administração. Funcionários. Mecanismos de comunicação com empregados e acionistas. Número e membros do órgão de governança. Políticas anticorrupção. Políticas de funcionamento. Procedimentos para autoavaliação do desempenho. Procedimentos, supervisão, comitê de auditoria. Remuneração e desempenho. |
| Desempenho e Sustentabilidade |
| Desempenho Ambiental |
| Normas Internacionais e Certificação |
| Inovação Tecnológica |
| Indicadores de Desempenho Ambiental |
| Aspectos: materiais; água; biodiversidade; conformidade; emissões, efluentes e resíduos; energia; produtos e serviços; transporte; Gastos ambientais; legislação ambiental; leis e regulamentos; informações e gestão. |
| Desempenho Econômico |
| Indicadores de Desempenho Econômico |
| Informações sobre a Forma de Gestão |
| Aspecto: Riscos econômicos. |
| Desempenho Social |
| Direitos Humanos |
| Aspectos: direitos indígenas; não discriminação; práticas de investimento e de processo de compra; práticas de segurança; trabalho forçado ou análogo ao escravo; trabalho infantil. |
| Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente |
| Normas Internacionais |
| Aspectos: diversidade e igualdade de oportunidades; emprego; relações entre trabalhadores e governança; saúde e segurança, treinamento e educação. |
| Responsabilidade pelo Produto |
| Aspectos: <i>compliance</i> ; comunicação e <i>marketing</i> ; conformidade; rotulagem de produtos e serviços; saúde e segurança do cliente. |
| Informações sobre a Forma de Gestão |
| Sociedade |
| Aspectos: comunidade; investimentos em projetos sociais e ambientais junto a comunidades; concorrência desleal; conformidade; corrupção; políticas públicas. |
| Informações sobre a Forma de Gestão |

Fonte: Elaborado com base numa adaptação dos indicadores GRI, na análise do referencial teórico e na verificação preliminar dos relatórios das organizações.

informações econômicas, sociais e ambientais disponíveis nos seus *websites*, aqui denominados relatórios de sustentabilidade.

A relação de companhias foi extraída da Economática (www.economatica.com), empresa que fornece um banco de dados com informações econômico-financeiras de companhias oriundas de sete países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela.

Foram excluídas as companhias com registro cancelado, companhias de países com mercado de capitais pouco expressivos, no âmbito da região foco deste estudo (Colômbia e Venezuela), sociedades anônimas de capital fechado. Devido às suas particularidades, optou-se por não incluir no estudo as companhias do setor financeiro. Assim, a população consiste em 760 companhias de vários setores que exercem atividades em países latino-americanos.

Foi efetuado *download* dos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e Formulário 20F das companhias, no período de 2004 a 2009.

No caso de companhias que têm suas ações cotadas na *New York Stock Exchange* (NYSE), foram selecionados os relatórios anuais arquivados na *Securities and Exchange Commission* (SEC), elaborados de acordo com a legislação norte-americana, denominados Formulários 20F, no período de 2004 a 2009. Todas as companhias de capital aberto nos Estados Unidos devem encaminhar um relatório anual para a SEC, num formato que deve atender a uma legislação rigorosa, sobre dados contábeis, econômicos e financeiros das organizações. As companhias norte-americanas encaminham o relatório denominado Formulário 10K, as companhias canadenses devem apresentar o Formulário 40F e as demais organizações originárias de outros países devem arquivar o Formulário 20F. Cada um desses relatórios atende a um padrão mínimo de informações quantitativas e qualitativas sobre o desempenho da corporação, além de informações detalhadas sobre os riscos potenciais associados às suas atividades.

Foi efetuado *download* dos relatórios das companhias nos seus *websites* ou *website* da NYSE, no período de coleta de dados que compreendeu os meses de janeiro a julho de 2010. Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição das companhias selecionadas por país.

Tabela 1

Companhias Selecionadas por País

| País | População | Amostra Selecionada | Porcentagem |
|--------------|------------|---------------------|--------------|
| Argentina | 74 | 19 | 25,67 |
| Brasil | 306 | 85 | 27,78 |
| Chile | 150 | 53 | 35,33 |
| México | 105 | 52 | 49,52 |
| Peru | 125 | 17 | 13,60 |
| Total | 760 | 226 | 29,74 |

Fonte: Base de dados da Economática (2009).

Tendo em vista que a América Latina é uma área produtora de bens primários para o mercado mundial, observa-se que, entre as companhias de capital aberto selecionadas, há maior concentração dessas nos setores de energia elétrica, comércio e construção. Os setores de agricultura, pecuária e pesca, alimentos, mineração, siderurgia e metalurgia e têxtil também apresentam número expressivo de organizações que foram incluídas na amostra selecionada, que diz respeito ao total de 226 companhias que disponibilizaram os relatórios em todo o período, de 2004 a 2009.

Para a análise de conteúdo, foi utilizado o *software* QSR NVivo, específico para a análise de dados qualitativos, apresentados em formato texto ou imagem. A inserção dos relatórios no *software* foi segregada por empresa, ano, país, setor de atividade e tipo de relatório. A seguir foi feita a codificação dos dados no *software*, por meio da identificação e da classificação de cada sentença que estivesse relacionada com cada item categorizado no Quadro 2.

A codificação foi acumulada e controlada individualmente para cada item/categoria, por relatório, empresa, ano e setor. Os resultados dessa compilação podem ser visualizados de forma individual, por empresa, grupos, setores, períodos ou tipos de relatórios, graficamente ou em formato de quadros ou tabelas. Em razão das limitações de espaço, optou-se pela visualização gráfica por quantificação desses itens, considerando-se a extensão dos dados e períodos analisados. Após a codificação dos dados, começaram os trabalhos de conferência e revisão, para posterior análise dos resultados, apresentados na próxima seção.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados por categoria de análise: diálogo com *stakeholders*, governança corporativa, desempenhos ambiental e social e desempenho econômico.

4.1. Diálogo com *stakeholders*

O referencial teórico indicou que os grupos de *stakeholders* têm vários interesses em relação às organizações, além de habilidades para influenciar o comportamento delas. Entre as pessoas ou grupos de *stakeholders* que recebem respostas das organizações via relatórios socioambientais, estabelecendo assim um diálogo com as partes interessadas, destacam-se: acionistas, empregados, governo, clientes, fornecedores e a comunidade que vive no entorno desses empreendimentos.

A abordagem para o engajamento de *stakeholders* identificada com maior frequência nos relatórios de sustentabilidade diz respeito à avaliação via questionário, contudo, essa é uma prática muito restrita a pouquíssimas organizações latino-americanas.

A análise permitiu verificar que as companhias estabelecidas no Brasil foram as que mais destacaram o assunto em todo o período analisado, embora esses resultados tenham

apresentado declínio a partir de 2008. A seguir, as companhias argentinas e chilenas indicaram alguma preocupação em divulgar suas políticas voltadas para *stakeholders*. No caso do México e do Peru, as organizações desses países foram as que menos enfatizaram o assunto nos seus relatórios, como mostra o Gráfico 1.

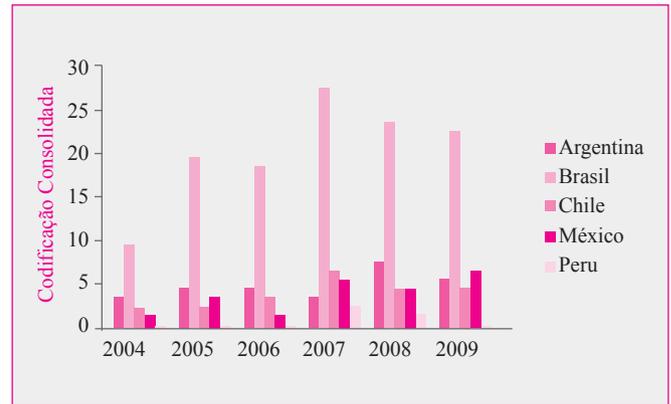


Gráfico 1: Diálogo com Stakeholders – Consolidado por País

Observa-se grande variação na divulgação de informações sobre o diálogo com *stakeholders* ao longo do período de análise. No Brasil e no Chile, essas informações passaram a ser divulgadas de modo decrescente a partir do ano de 2008. Na Argentina, o assunto apresentou algum avanço em 2008, mas voltou a uma tendência decrescente a partir de 2009. Entre as companhias estabelecidas no México, ocorreram grandes variações em todo o período de análise, ainda com foco pouco significativo sobre o assunto. No Peru, o tema começou a ser divulgado em relatórios das companhias a partir de 2007 e verificou-se baixa frequência na divulgação de informações, pois as organizações do país não apresentaram uniformidade ao longo do período.

Verificou-se que os relatórios de sustentabilidade são direcionados para diversos grupos, também identificados por vários autores, como Fransen e Kolk (2007), que, numa revisão do que as organizações consideram interação com *stakeholders* nos seus relatórios anuais, indicaram como aquelas tendem a tratar grupos divergentes de interação: reuniões com ativistas; respostas a cartas ou telefonemas de grupos políticos; convites para participar de conferências; solicitação ocasional da opinião de algum representante desses grupos; e criação de divisões de *stakeholders* para comentar padrões de governança e monitoramento interno.

Apesar de ser um assunto embrionário nos relatórios das organizações estabelecidas na América Latina, o diálogo com *stakeholders* tem se estabelecido como uma iniciativa justificada por aquelas companhias que buscam maior aproximação numa tentativa de diálogo, para o gerenciamento dos seus *stakeholders* considerados mais relevantes.

Os assuntos abordados nessa categoria são direcionados para diversos *stakeholders*: acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, governos, ONGs e comunidades. Dessa forma, e partindo do pressuposto de que os relatórios socioambientais divulgados pelas companhias são direcionados para os seus *stakeholders*, observa-se que a análise sobre o assunto na América Latina está em consonância com os achados em estudos anteriores sobre o tema em outras regiões.

4.2. Governança corporativa

O Gráfico 2 apresenta os resultados consolidados para esta categoria. O Brasil é o país que mais avançou a respeito do assunto na América Latina e, graças aos seus esforços, também é o país que apresentou o maior número de organizações que dedicaram grande espaço a essa temática nos seus relatórios. Na sequência, as companhias estabelecidas no México também enfatizaram bastante o assunto, com destaque para as organizações dos setores de mineração, comércio varejista e bebidas.

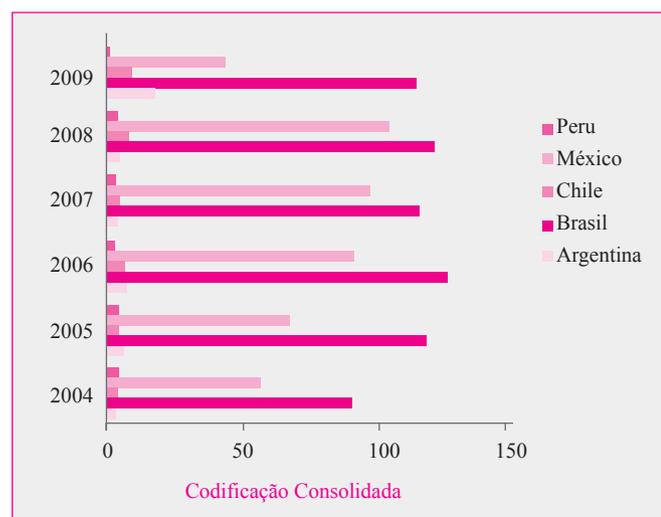


Gráfico 2: Governança Corporativa – Consolidado por País

As companhias argentinas deram pouco destaque ao tema, o que reflete a recente dedicação e o esforço do país em prol de uma boa governança corporativa. Companhias dos setores de transporte rodoviário, siderurgia e metalurgia e distribuição de gás foram as que mais enfatizaram o assunto. No caso do Chile, essa categoria também recebeu pouca ênfase, com exceção de algumas empresas dos setores de bebidas, saneamento, papel e celulose e comércio varejista. Por último, as companhias peruanas dos setores de mineração e construção deram algum destaque às informações sobre governança corporativa nos seus relatórios, mas, entre os países analisados, esse foi o que apresentou menor destaque ao tema.

Verifica-se a grande ênfase que o assunto recebeu ao longo do período analisado, principalmente entre companhias

estabelecidas no Brasil. No México, embora o assunto tenha sido divulgado de forma crescente até 2008, a partir de 2009 ocorreu uma forte queda na divulgação de informações sobre essa categoria. Nos demais países, o assunto é muito incipiente, apresentando poucas informações entre as companhias componentes da amostra.

As privatizações, a concentração patrimonial, os grandes grupos, a internacionalização e as limitações dos mercados de capitais estão entre as principais razões que caracterizam o modelo latino-americano de governança corporativa ainda pouco desenvolvido, como ressaltaram Andrade e Rossetti (2009).

4.3. Desempenhos ambiental e social

Identifica-se forte participação da sociedade civil na América Latina para promoção e disseminação de ações socioambientais entre as organizações empresariais, fundações e associações. Entretanto, ainda persiste a vinculação de responsabilidade social corporativa à prática de filantropia, principalmente nos seguintes países: Argentina, Chile, México e Peru.

No Brasil, há maiores profissionalização e organização dessas atividades voltadas para a padronização das ações de responsabilidade social, além da adesão de parte significativa do setor empresarial. O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o IBASE e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social são importantes organizações e exercem papéis-chave na difusão do tema no País. O ambiente acadêmico brasileiro também tem apresentado muito interesse sobre o assunto, confirmado pela imensa produção de artigos, dissertações e teses sobre o tema nas últimas décadas.

Há grande diversidade de diretrizes voluntárias para elaboração e divulgação de relatórios socioambientais. As diretrizes GRI são as mais conhecidas em nível mundial, além de terem grande aceitabilidade. Entretanto, poucas companhias latino-americanas têm utilizado tais diretrizes para a elaboração dos seus relatórios.

Nos últimos anos, as companhias brasileiras tiveram a iniciativa de divulgar o relatório denominado balanço social, muito difundido no País, e que atualmente é utilizado por número expressivo de companhias. No entanto, a partir de 2006 as organizações passaram a utilizar outras diretrizes, ou mesmo a mudar o nome do relatório para socioambiental ou relatório de responsabilidade social corporativa e, mais recentemente, relatório de sustentabilidade.

As ações socioambientais divulgadas pelas companhias estabelecidas na América Latina foram segregadas entre as categorias de análise em dois grandes grupos: desempenho ambiental e desempenho social.

4.3.1. Desempenho ambiental

A variável ambiental tem recebido grande atenção e os resultados de muitos estudos revelaram que as companhias

que operam em setores que fazem o uso intensivo de recursos naturais são as que mais divulgam esse tipo de informação nos seus relatórios anuais (Ponte & Oliveira, 2004; Rover, Murcia, & Borba, 2008; Rover, 2009).

As companhias brasileiras são líderes na divulgação de informações sobre o desempenho ambiental das suas atividades, e apresentaram um destacado crescimento na ênfase de informações sobre esta categoria a partir de 2005, apesar de apresentarem também uma tendência decrescente a partir de 2008, como mostra o Gráfico 3. Em todos os aspectos analisados, verificou-se que as organizações têm envidado esforços para a divulgação dos seus investimentos na área, com destaque para informações sobre gestão ambiental, certificação e emissões de efluentes líquidos.



Gráfico 3: Desempenho Ambiental – Consolidado por País

Observa-se que, nos demais países analisados, a divulgação de informações sobre o desempenho ambiental das organizações segue num nível baixo de aderência às diretrizes GRI e não apresenta grandes destaques ao longo do período de 2004 a 2009. No Chile, as discussões sobre responsabilidade social corporativa é muito mais recente do que nos demais países da região. As companhias dos setores de papel e celulose, energia e saneamento deram maior destaque a esta categoria, principalmente para informações sobre certificação e legislação ambiental.

Somente algumas companhias argentinas dos setores de distribuição de gás e energia divulgaram informações sobre emissões e tratamento de efluentes nos seus relatórios.

Apesar de o México ser a segunda maior economia da América Latina e o terceiro país em número de companhias componentes da amostra, elas ainda dão pouco destaque às informações ambientais nos seus relatórios. A responsabilidade social corporativa parece ter avanços limitados no México, sendo promovida com algum avanço por número reduzido de empresas locais, e também há pouco tempo que o tema começou a ser desvinculado de filantropia.

O Peru segue com o grupo de companhias que menos enfatizaram informações sobre esta categoria nos seus relatórios, com algum destaque para organizações do setor de mineração.

Em seus relatórios, as companhias não divulgam com muita frequência informações sobre o consumo de energia, água e/ou projetos para redução do consumo de recursos naturais. Considera-se esse aspecto muito importante, tendo em vista a necessidade de controle dos gastos com recursos naturais, cada vez mais escassos, e essas informações são esperadas pela sociedade (Carroll, 1979; Freeman, 1984; Wood, 1991; Werther Jr. & Chandler, 2006; Hopkins, 2007).

4.3.2. Desempenho social

Nesta categoria, as companhias brasileiras deram grande destaque às questões trabalhistas e sociais. Entretanto, informações sobre direitos humanos ainda recebem pouca ênfase. Entre os aspectos que receberam maior atenção das companhias, citam-se: emprego, saúde e segurança, treinamento e desenvolvimento profissional dos empregados.

O assunto responsabilidade sobre o produto ainda recebe pouca atenção das organizações, que focaram essencialmente as informações sobre o atendimento e o relacionamento com clientes. Temas importantes como saúde e segurança dos clientes receberam pouco destaque entre as organizações analisadas. Quanto aos investimentos na sociedade, esse item foi o mais enfatizado pelas companhias brasileiras, com grandes detalhamentos sobre investimentos em projetos sociais, ambientais, parcerias público-privadas, atividades culturais, esportivas e educacionais.

O reconhecimento público e as premiações recebidas pelas organizações relacionadas com suas atividades socioambientais recebem grande destaque nos relatórios das companhias brasileiras, cujo objetivo é associar os resultados desses investimentos com sua imagem de socialmente responsável. Observa-se também que os vários *rankings* e premiações criados por associações empresariais no País têm estimulado essa corrida para estar entre as melhores e maiores companhias quanto a esta temática.

No Chile o assunto é enfatizado de forma crescente entre as companhias de capital aberto, principalmente dos setores de papel e celulose, saneamento, energia elétrica e mineração. Os investimentos em saúde e segurança dos empregados, seguidos do aspecto emprego, estão entre os itens mais citados nos relatórios das organizações chilenas. A aproximação com o público externo é confirmada pelo grande destaque dado aos investimentos na sociedade, principalmente as políticas e o monitoramento da aplicação desses investimentos em projetos socioambientais.

As associações empresariais locais também têm incentivado a participação em premiações em âmbito nacional e, conseqüentemente, é grande o número de companhias chilenas que

têm dado destaque aos prêmios recebidos relacionados às suas atividades socioambientais nas comunidades locais.

Os resultados dessa categoria no âmbito das companhias argentinas indicam forte participação dos setores de distribuição de gás e telecomunicações, com destaque para os seguintes indicadores: saúde e segurança e treinamento e educação. Da mesma forma que nos demais países, os investimentos na sociedade receberam grande destaque nos relatórios das organizações.

No México as informações sobre investimentos sociais receberam pouco destaque nos relatórios das companhias. Alguma ênfase foi dada aos aspectos emprego, saúde e segurança, principalmente por organizações dos setores de mineração, bebidas e comércio varejista. Entretanto, o assunto investimentos na sociedade foi campeão em relação à extensão de informações divulgadas entre os relatórios analisados, com forte ênfase nos investimentos sociais gerenciados por fundações.

O Peru foi novamente o país que menos se destacou nesta categoria. Alguma ênfase foi dada aos investimentos na sociedade por companhias do setor de mineração. O Gráfico 4 apresenta a evolução da divulgação dessas informações por país ao longo do período analisado. Observa-se que o assunto recebe grande atenção entre as companhias brasileiras e, nos demais países, o assunto ainda é incipiente, recebendo pouco destaque entre os relatórios analisados, além da tendência decrescente a partir de 2008, nas companhias de todos os países componentes da amostra.



Gráfico 4: Desempenho Social – Consolidado por País

A ênfase em valores sociais com uma visão positiva das ações das empresas ocorre com maior frequência na divulgação de relatórios para o grande público. Essa conduta é alvo de críticas, já que as empresas não consideram os aspectos negativos dos seus negócios, principalmente por

falta de lei específica. Por outro lado, o investimento em ações socioambientais contribui para a valorização da imagem corporativa, além de proporcionar ganhos estratégicos para as organizações.

4.4. Desempenho econômico

As informações sobre o desempenho econômico no formato recomendado pelos indicadores GRI foram pouco enfatizadas pelas companhias analisadas. No Brasil, o tema passou a ser divulgado com menor ênfase a partir de 2006, e, no México, ocorreu uma queda acentuada na divulgação dessas informações a partir de 2008. O Gráfico 5 mostra os resultados consolidados para esta categoria por país.

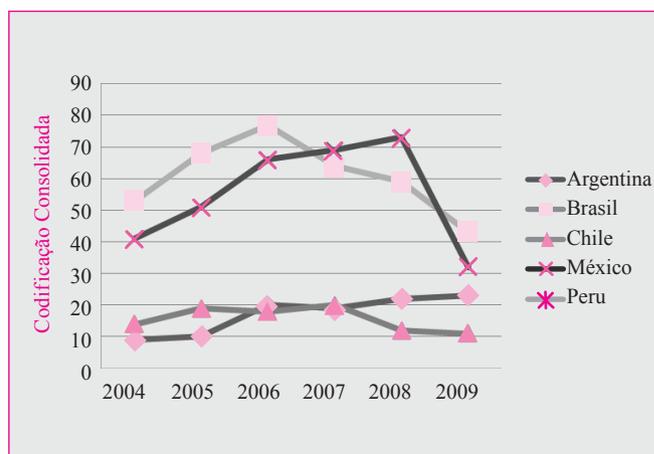


Gráfico 5: Desempenho Econômico – Consolidado por País

Somente os riscos econômicos receberam grande atenção das organizações. Em todos os países, esses riscos referem-se principalmente aos relacionados com as atividades das companhias, situação econômica do país e riscos de maior rigor da legislação ambiental. No caso das companhias com operações em outros países, muitas também citaram os riscos econômicos daqueles, com destaque para possíveis problemas com instabilidades econômicas locais. O Brasil segue como o que teve o maior número de companhias a enfatizar o assunto, seguido do México. Na Argentina e no Chile o assunto recebe pouca ênfase entre as organizações estabelecidas naqueles países e, no caso do Peru, não foram identificadas quaisquer informações que pudessem ser classificadas na categoria de análise desempenho econômico ao longo de todo o período de análise.

Observa-se que a utilização das diretrizes GRI entre as companhias latino-americanas ainda é muito reduzida. A maioria dessas organizações utiliza parcialmente as diretrizes recomendadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentada teve como objetivo analisar comparativamente as informações socioambientais divulgadas por companhias latino-americanas estabelecidas nos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, México e Peru.

Foram utilizadas as diretrizes voluntárias da GRI como escopo para analisar o conteúdo dos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e Formulários 20F, disponibilizados pelas organizações nos seus *websites* ou nas Bolsas de Valores em que negociam suas ações. Os Formulários 20F são específicos das organizações que não são norte-americanas ou canadenses, mas têm suas ações cotadas na Bolsa de Valores de New York.

Para responder ao problema, foi efetuada uma análise de conteúdo das informações socioambientais divulgadas por uma amostra de 226 organizações, ao longo do período de 2004 a 2009, segregadas por país, empresa, setor e ano.

Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria das companhias de capital aberto não disponibiliza informações socioambientais nos seus relatórios anuais ou em relatórios específicos sobre o tema. Entretanto, as organizações estabelecidas no Brasil são as que mais destacam o tema nos seus relatórios.

O referencial teórico indicou as várias influências históricas que contribuíram para esse resultado, como a organização e a adesão do setor empresarial à questão socioambiental, além do apoio de ONGs que se especializaram em difundir o tema. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, além de outras entidades como IBASE e GIFE, exerceram e exercem papel fundamental na difusão e na profissionalização dessas ações entre as companhias brasileiras.

Nos demais países o assunto ainda é incipiente, apesar de haver várias instituições locais voltadas para a participação empresarial na elaboração e na divulgação de relatórios, que começaram a ser divulgados há poucos anos. Observou-se também que, até o momento, há poucos trabalhos acadêmicos amplamente difundidos em bases de dados acadêmicas internacionais que destacam a evolução do tema entre os países latino-americanos.

No âmbito das multinacionais que operam na América Latina e que foram selecionadas para este estudo, percebeu-se maior concentração delas na Argentina, no Chile e no Peru. Entre esses países, as multinacionais foram as que mais divulgaram informações socioambientais nos relatórios analisados.

Outro resultado importante obtido foi a verificação de que os relatórios de sustentabilidade são direcionados para diversos grupos de *stakeholders*. Apesar de ser ainda um assunto embrionário nos relatórios das organizações estabelecidas na América Latina, o diálogo com *stakeholders* tem se estabelecido como uma iniciativa justificada por aquelas companhias que buscam maior aproximação com seus públicos, numa tentativa de diálogo, para o gerenciamento daqueles que são considerados os mais relevantes.

Quanto à evolução e à forma de divulgação de informações socioambientais, os resultados demonstraram que o relatório anual é o principal canal utilizado pelas companhias para destacar tais informações, seguido do relatório de sustentabilidade, divulgado como parte do relatório anual ou como uma publicação específica.

Portanto, a principal contribuição desta pesquisa foi identificar, analisar e sistematizar as informações socioambientais divulgadas por uma amostra representativa de companhias estabelecidas em cinco países latino-americanos, ao longo de um período de seis anos.

Futuras pesquisas sobre as demandas dos *stakeholders* internos e externos poderiam ser conduzidas, pois os seus resultados podem apresentar importantes revelações sobre como as companhias respondem às pressões de várias partes interessadas. Estudos sobre o impacto das pressões de *stakeholders* sobre outras dimensões da responsabilidade social corporativa podem beneficiar a identificação da natureza das demandas dos *stakeholders* e como eles afetam a conduta socioambiental das organizações.

Os relatórios de sustentabilidade são divulgados voluntariamente pelas organizações e, por isso, há muitas críticas quanto ao problema da falta de transparência desses relatórios. Poderiam ser investigadas outras formas de aumentar a transparência deles e a inclusão da participação dos *stakeholders* na avaliação dos relatórios poderia ser ampliada, por exemplo.

Atualmente, há um crescente foco em discussões sobre as imagens contidas nos relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade. Assim, recomenda-se para futuros estudos a análise dessa forma de comunicação das organizações para com os seus diversos públicos quanto às mensagens que tentam transmitir sobre suas ações de responsabilidade socioambiental.

Trabalhou-se somente com sociedades anônimas de capital aberto. Como o mercado financeiro dos países latino-americanos não é muito expressivo em relação ao número de companhias a ter suas ações negociadas em Bolsas de Valores, os resultados da pesquisa dizem respeito somente àquelas organizações. Assim, recomenda-se para futuros estudos a condução de pesquisas sobre o tema no âmbito das sociedades anônimas de capital fechado e sociedades por cotas de responsabilidade limitada que também podem disponibilizar voluntariamente relatórios de sustentabilidade nos seus *websites*.

Vale ressaltar que o objetivo das recomendações aqui elencadas é a contribuição para o desenvolvimento do tema entre os acadêmicos e os profissionais da área de Administração, com vistas ao desenvolvimento de práticas de gestão coerentes com os objetivos do desenvolvimento sustentável, dentre eles a comunicação transparente e a prestação de contas aos diferentes grupos de interesse da organização. ♦

- Agüero, F. (2002). *La responsabilidad social empresarial en América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México y Peru*. Escuela de Estudios Internacionales Universidad de Miami.
- Amaeshi, K. M., & Adi, B. (2007). Reconstructing the corporate social responsibility construct in utlisch. *Business Ethics: A European Review*, 16(1), 3-18. doi: 10.2139/ssrn.761564
- Andrade, A., & Rossetti, J. P. (2009). *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Belal, A. R., & Momin, M. (2009). Corporate Social Reporting (CSR) in emerging economies: a review and future direction. *South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR, 1ª*, Rio de Janeiro, Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UFRJ.
- Belizário, F. B. (2008). *Apropriação do cinismo e alienação no discurso da responsabilidade social: um estudo da recepção dos beneficiários de projetos sociais de empresas*. Dissertação de mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Blackman, A. (2008). Can voluntary environmental regulation work in developing countries? Lessons from case studies. *The Policy Studies Journal*, 36(1), 119-141. doi: 10.1111/j.1541-0072.2007.00256.x
- Borger, F. G. (2001). *Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. Tese de doutorado em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.
- Castro, F. A. R. (2008). *Análise dos indicadores essenciais da versão "G3", da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul-americano*. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de pesquisa em Administração* (7a ed., L. de Oliveira Rocha, Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Correa, M. E., Flynn, S., & Amit, A. (2004). *Responsabilidade social corporativa en América Latina: una visión empresarial*. Chile: CEPAL – División de desarrollo sostenible y asentamientos humanos.
- Dias, L. N. S. (2006). *Análise da utilização dos indicadores do global reporting initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras*. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Egri, C. P., & Ralston, D. A. (2008). Corporate responsibility: a review of international management research from 1998 to 2007. *Journal of International Management*, 14, 319-339. doi: 10.1016/j.intman.2007.09.003
- Fransen, L. W., & Kolk, A. (2007). Global rule-setting for business: a critical analysis of multi-stakeholder standards. *Organization Articles*, 14(5), 667-684. doi: 10.1177/1350508407080305
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. London: Pitman Publishing Inc. doi: 10.2139/ssrn.263511
- Garriga, E., & Melé, D. (2004). Corporate social responsibility theories: mapping the territory. *Journal of Business Ethics*, 53(1-2), 51-71. doi: 10.1023/B:BUSI.0000039399.90587.34
- Gutiérrez, R., & Jones, A. (2005). Effects of corporate social responsibility in Latin American communities: a comparison of experiences. Recuperado em 15 janeiro, 2009, de http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1018680
- Hopkins, M. (2007). *Corporate social responsibility and international development: is business the solution?* London: Earthscan.
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2007). Recuperado em 15 outubro, 2010, de www.institutoehtos.org
- KPMG. (2005). *International survey of corporate responsibility reporting*. Recuperado em 15 agosto, 2008, de www.kpmg.com
- Lee, M. D. P. (2008). A review of the theories of corporate social responsibility: its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews*, 10(1), 53-73. doi: 10.1111/j.1468-2370.2007.00226.x
- Machado Filho, C. A. P. (2002). *Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações: um estudo multicaseos*. Tese de doutorado em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Manetti, G., & Becatti, L. (2009). Assurance services for sustainability reports: standards and empirical evidence. *Journal of Business Ethics*, 87, 289-298. doi: 10.1007/s10551-008-9809-x
- Mollicone, M. M. (2003). *Responsabilidade social empresarial: modismo, civismo ou demanda de Mercado?* Dissertação de mestrado em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.
- Moneva, J. M., Lirio, J. M. R., & Torres, M. J. M. (2007). The corporate stakeholder commitment and social and financial performance. *Industrial Management & Data Systems*, 107(1), 84-102. doi: 10.1108/02635570710719070
- Peinado-Vara, E. (2006). Corporate social responsibility in Latin America. *Journal of Corporate Citizenship*, 21, 61-69. doi: 10.9774/GLEAF.4700.2006.sp.00008

REFERÊNCIAS

- Ponte, V. M. R., & Oliveira, M. C. (2004, setembro/dezembro). A prática da evidência de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, 36, 7-20. doi: 10.1590/S1519-70772004000300001
- Puppim de Oliveira, J. A. (2006). Corporate citizenship in Latin America: new challenges to business. *Journal of Corporate Citizenship*, 21, 17-20.
- Ribeiro, M. S., Bonfante, T. M., Gomes, C. C. M. P., & Cioffi, J. L. (2009, setembro). Responsabilidade ambiental no setor de papel e celulose. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 33.
- Rover, S. (2009). *Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil*. Dissertação de mestrado em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Rover, S., Murcia, F. D., & Borba, J. A. (2008). Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(3). Recuperado em 30 novembro, 2008, de www.furb.br/especiais/interna.php?secao=1191. doi: 10.11606/rco.v2i3.34713
- Secchi, D. (2007). Utilitarian, managerial and relational theories of corporate social responsibility. *International Journal of Management Reviews*, 9(4), 347-373. doi: 10.1111/j.1468-2370.2007.00215.x
- The Global Reporting Initiative [GRI]. (2006). *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (2000-2006)*. Recuperado em 15 abril, 2010, de www.globalreporting.org
- Visser, W. (2008). Corporate social responsibility in developing countries. In A. Crane, A. McWilliams, D. Matten, J. Moon, & D. Siegel (Eds.), *The Oxford handbook of corporate social responsibility*. New York: Oxford University Press. doi: 10.1093/oxfordhb/9780199211593.003.0021
- Vos, J. F. J. (2008). Corporate social responsibility and the identification of stakeholders. In A. J. Zakhem, D. E. Palmer, & M. L. Stoll (Eds.), *Stakeholder Theory: essential readings in ethical leadership and management*. Universidade da Califórnia: Prometheus Books.
- Werther Jr., W. B., & Chandler, D. (2006). *Strategic corporate social responsibility: stakeholders in a global environment*. California: Sage.
- Whetten, D. A., Rands, G., & Godfrey, P. (2002). What are the responsibilities of business to society? In A. Pettigrew, H. Thomas, R. Whittington (Eds.), *Handbook of strategy and management* (pp. 373-408). London: Sage. doi: 10.4135/9781848608313
- Wood, D. J. (1991). Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, 16(4), 691-718.
- Woods, M. (2003). The Global Reporting Initiative. *The CPA Journal*, 73(6), 60-66.

ABSTRACT

The disclosure of sustainability reports in Latin America: a comparative study

This work aims to comparatively analyze the social and environmental information disseminated by Latin American companies in their reports. A content analysis was made of the social and environmental information disclosed by a sample of 226 organizations, in the period from 2004 to 2009, categorized by country, company, industry, and year. Voluntary guidelines by The Global Reporting Initiative were used as a guide to analyze the content of annual reports, sustainability reports and 20F Forms, made available by organizations on their websites or by the stock exchanges on which they negotiate their actions. The results revealed that most trading companies in the region do not provide social and environmental information in their annual reports or specific reports on the subject, however, companies established in Brazil are most emphasis this issue. Regarding the development and dissemination of social-environmental information, it was noted that the annual report has become the main source used for this purpose, followed by the sustainability report, published as part of the annual report or as a specific publication.

Keywords: social-environmental disclosure, The Global Reporting Initiative, Latin America.

Informes de la divulgación de la sostenibilidad en América Latina: un estudio comparativo

Este trabajo tuvo como objetivo analizar comparativamente las informaciones socioambientales difundidas por las empresas de América Latina en sus informes. Se hizo un análisis de contenido de las informaciones socioambientales divulgadas por una muestra de 226 organizaciones, en el período 2004-2009, divididas por país, empresa, sector y año. Fueron utilizadas las directrices voluntarias del *The Global Reporting Initiative* (GRI) como parámetro para analizar el contenido de los informes anuales, informes de sustentabilidad y Formularios 20F, disponibles en *sítios* de las organizaciones, o en las bolsas de valores en que negocian sus acciones. Los resultados de la investigación revelaron que la mayoría de las empresas de capital abierto en la región no ofrece información socioambiental en sus informes anuales o en informes específicos sobre la tema, mientras tanto, las empresas establecidas en Brasil son las que más destacan el asunto. En cuanto a la evolución y a la forma de divulgación de informaciones socioambientales, se verificó que el informe anual es el principal canal utilizado por las empresas para destacar tales informaciones, seguida por el informe de sustentabilidad, divulgado como parte del informe anual, o como una publicación específica.

Palabras clave: divulgación ambiental, *The Global Reporting Initiative*, Latinoamérica.

inspiração

**A administração eficaz
concretiza-se em ações,
mas começa com ideias.**

A Rausp está voltada à disseminação de pesquisas e ideias que agreguem valor ao trabalho de acadêmicos e praticantes de Administração.

Assine a Rausp

**Para informações ligue (11) 3091-5922 ou 3818-4002
e-mail: rausp@usp.br**

www.rausp.usp.br